



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 8 de novembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Amazonas quer evitar perdas no ICMS e manter empregos OPINIÃO	1
EDITORIAL.....	2
ADIN 4635	3
JORNAL DO COMMERCIO Estado busca excepcionalidade para ZFM..... ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Estado busca excepcionalidade para ZFM (continuação) ECONOMIA	5
A CRITICA ANGÚSTIA PRORROGADA..... OPINIÃO	6
A CRITICA sim & não OPINIÃO	7
A CRITICA sobe e desce..... OPINIÃO	8
A CRITICA AM aguarda ministro..... TEMA DO DIA	9
A CRITICA AM aguarda ministro (continuação) TEMA DO DIA	10
A CRITICA Menos bugigangas e mais conteúdo'..... ECONOMIA	11
A CRITICA NA SEFAZ ECONOMIA	12
AMAZONAS EM TEMPO CAPA	13
AMAZONAS EM TEMPO AM pode perder R\$ 4,5 bi com alíquota única de ICMS ECONOMIA	14
AMAZONAS EM TEMPO Ocupantes de terreno da Suframa são removidos DIA-DIA	15
AMAZONAS EM TEMPO Fernando Coelho Jr..... PLATÉIA	16
AMAZONAS EM TEMPO Fernando Coelho Jr. (continuação) PLATÉIA	17
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	18
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO	19
DIÁRIO DO AMAZONAS Governo do AM rejeita propostas de Mantega para a mudança do ICMS ECONOMIA	20
DIÁRIO DO AMAZONAS Governo do AM rejeita propostas de Mantega para a mudança do ICMS (continuação) ECONOMIA	21

DIÁRIO DO AMAZONAS

Cerca de 140 pessoas foram retiradas de invasão em área da Suframa na manhã de ontem0 22

CIDADES

MASKATE

Fala Sério 23

Amazonas quer evitar perdas no ICMS e manter empregos



O governador defendeu durante a reunião com o ministro Guido Mantega um tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus na questão da unificação do ICMS

O Amazonas defendeu ontem, durante reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, uma proposta de excepcionalidade para o modelo Zona Franca de Manaus em relação à unificação do ICMS em 4% para todos os Estados brasileiros. “A proposta apresentada pelo ministro da Fazenda foi realmente de unificação da alíquota do ICMS interestadual em oito anos, de 12% para 4%. Vamos analisar, mas já adiantamos durante o encontro, que uma proposta de tratamento diferenciado da Zona Franca de Manaus está sendo elaborada e deve ser entregue ao governo federal o mais rápido possível”, explicou o secretário executivo da Sefaz-AM, Afonso Lobo. Em nota, o governador Omar Aziz (PSD) afirmou que o posicionamento do Estado pretende além de evitar perdas de arrecadação do imposto, garantir a manutenção de empregos nas fábricas do PIM.

Página A5

EDITORIAL

A redução do ICMS e o gás que não produz os benefícios esperados

O Amazonas senta à mesa do governo federal para discutir uma minirreforma tributária que preconiza a redução do principal imposto estadual, o ICMS, dos atuais 12% para 4% nos próximos anos. A influência dessa medida seria altamente negativa

para as finanças do Estado e para a manutenção do seu polo industrial incentivado.

A discussão é pertinente, mas, a concentração da atenção unicamente no modelo econômico atual não é mais condizente com a realidade do momento. Hoje, se sabe que o Estado possui já levantadas e acessadas, pelo menos 30% das

reservas de gás natural do país, quantidade suficiente para promover o desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental, durante um período de 30 anos.

O que não se entende é porque esse gás ainda não está disponível para a geração total de energia elétrica, o consumo das populações e abastecimento das plantas industriais do PIM, embora

a chegada do mesmo já tenha acontecido há alguns anos. Os anos vão passando e o gás continua sendo bombeado diuturnamente a um elevado custo para o contribuinte, porém, sem trazer os benefícios que dele se espera.

Nas esferas burocráticas o processo criou raízes que continuam a emperrar o seu andamento. Enquanto isso,

os amazonenses esperam a chegada da energia mais barata, do gás doméstico mais barato, dos transportes coletivos mais baratos e de uma perspectiva de desenvolvimento para algumas cidades do interior.

Noutros tempos, segundo a crença amazônica, se diria que tem uma caveira de burro enterrada nos canos do gasoduto.

ADIN 4635

ENGº RAIMUNDO LOPES FILHO*

Na última semana o Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu uma medida cautelar ao governo do Estado do Amazonas que impede, até o julgamento final do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 4635), a decisão do governo paulista de conceder incentivo fiscal de Imposto sobre Opera-

ções Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - TABLET PC dentro do Estado.

A ADIN - 4635 começou a

tramitar no STF em novembro de 2011 denunciando a legislação paulista que reduziu a base de cálculo do ICMS para 7% e concedeu um crédito presumido de 7% aos TABLET PC produzidos no Estado de São Paulo o que, na prática, reduz a zero a alíquota efetiva do imposto estadual incidente na comercialização daquele produto. Em contraponto, os equipamentos vindos de outras regiões do país, inclusive do Polo Industrial de Manaus, são onerados com uma alíquota

de 12% de ICMS na venda ao consumidor dentro do mercado paulista.

A cautelar do ministro é clara, determinando que o governo de São Paulo não poderá editar atos normativos "que outorguem benefícios fiscais ou financeiros, bem assim incentivos compensatórios pontuais, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus tributário, em matéria de ICMS, sem que tais medidas sejam precedidas da necessária celebração de

convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)".

O que é mais preocupante é o flagrante desrespeito a recente decisão do STF, uma vez que grande parte dos artigos revogados estavam sendo questionados por meio de outras ADINs propostas pelo Estado do Pa-

raná (ADINs No. 2429, 2430 e 2431), ações estas que, em virtude das revogações, foram declaradas sem objeto. Ato contínuo a declaração da perda de objeto das ADINs o Fisco paulista restabeleceu, através de novas normas, a maioria das disposições do ICMS que haviam sido revogadas.

* é diretor da PROJEC Projetos e Consultoria Ltda., projec@argo.com.br

Estado busca excepcionalidade para ZFM

Por Juliana Geraido

Após ouvir os argumentos do governo federal em relação à unificação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) em 4% para todos os Estados brasileiros, o Amazonas defendeu, ontem, durante reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, uma proposta de excepcionalidade para o modelo Zona Franca de Manaus.

“A proposta apresentada pelo ministro da Fazenda foi realmente de unificação da alíquota do ICMS interestadual em oito anos, de 12% para 4%. Vamos analisar, mas já adiantamos, durante o encontro, que uma proposta de tratamento diferenciado da Zona Franca de Manaus está sendo elaborada e deve ser entregue ao governo federal o mais rápido possível”, explicou o secretário executivo da Sefaz-AM (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas), Afonso Lobo.

Em nota, o governador do Estado, Omar Aziz (PSD), afirmou que o posicionamento do Estado pretende, além de evitar perdas de arrecadação do imposto – a previsão do recolhimento do ICMS para 2013 é de R\$ 7 bilhões –, garantir a manutenção de empregos nas fábricas do PIM.



Segundo o governador Omar Aziz, que participou ontem de reunião, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se comprometeu em considerar a peculiaridade do Amazonas

Estado busca excepcionalidade para ZFM (continuação)

Segundo o governador Omar Aziz, que participou ontem de reunião, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se comprometeu em considerar a peculiaridade do Amazonas

Ainda em nota, ele destaca que a compensação financeira por meio da criação de um Fundo de Compensação Regional não satisfaz o Amazonas.

"Mesmo com a compensação financeira não há como compensar empregos. A compensação pura e simples do ICMS pode existir, mas o que está em questão são os empregos do Polo Industrial que precisam ser mantidos", disse.

Os números do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) revelam que o saldo entre demissões e admissões é negativo. Até setembro (dados mais recentes) o resultado foi de 216 empregos a menos contra os 21.507 mil empregos gerados em igual período de 2011.

Guerra fiscal

O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do

Amazonas), Wilson Périco, lembra que as vantagens comparativas, em termos de isenções de impostos, oferecidas pelo Amazonas aos investidores são garantidas pela Constituição federal.

"A proposta da mudança do ICMS da maneira como está sendo colocada representa uma séria perda nessas vantagens. O tratamento diferencial pedido pelo governador é justamente porque o PIM faz parte de um modelo de exceção. Não estamos brigando para tirar investimentos de outros Estados e trazer pra cá. Estamos defendendo o nosso direito e de continuarmos em condições de atrair novos investimentos para cá com o objetivo fundamental de preservar os nossos empregos,

seriamente comprometidos este ano", defendeu.

De acordo com dados levantados pelo Sindmetal (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), quase 20 mil

Compensação financeira por meio da criação de um Fundo de Compensação Regional não satisfaz o Amazonas

empregos foram perdidos no PIM até outubro deste ano. Ao todo, foram homologadas 19.759 mil demissões (12.579 homens e 7.180 mulheres), 64,24% a mais em relação ao acumulado de 2011, quando 12.030 mil trabalhadores foram desligados.

Segundo Périco, o ideal é que como exceção, o Amazonas

fosse excluído do acordo, "mas o governo sabe quais são as possibilidades e vai trabalhar com cuidado em cima delas no sentido de defender o Amazonas", completou.

Próximos passos

Segundo Omar Aziz, em nota, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se comprometeu em considerar a peculiaridade do Amazonas em razão dos incentivos fiscais assegurados pela Constituição federal.

Afonso Lobo informou que a discussão não teve um ponto final, porque segundo ele, agora os Estados começarão a apresentar suas defesas. "A negociação será aprofundada durante as próximas reuniões do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária", disse.

Uma nova reunião será mar-

Dados

PROPOSTAS

▶ A proposta do governo federal ofereceu aos governos a renegociação das dívidas dos Estados e a mudança do indexador, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) para a Selic (taxa básica de juros), proporcionando taxas menores aos representantes dos Estados.

▶ Em contrapartida, os governadores deveriam acatar a proposta de ICMS unificado de 4% cobrado na origem, e a redução da alíquota de ICMS sobre os serviços de telefonia e energia elétrica.

▶ O governo federal também propôs a criação do fundo de compensação para os Estados com maiores perdas de arrecadação; ▶ O Amazonas pode perder quase 70% da arrecadação de ICMS em oito anos, caso as novas regras de unificação do imposto entre os Estados de 12% para 4% seja aprovada pelo governo federal.

cada com o ministro para discutir o tratamento de exceção da Zona Franca de Manaus. De acordo com informações

da Agecom (Agência de Comunicação do Estado do Amazonas), a data ainda não foi definida.

ANGÚSTIA PRORROGADA

Terminou ontem, sem acordo, a reunião do ministro Guido Mantega com os governadores sobre a proposta de unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços em 4% nas transações interestaduais. O Planalto, contudo, mostrou-se determinado em vê-la aprovada, sob o argumento de que, dessa forma, por fim à chamada "guerra fiscal", a qual também pode ser entendida como uma bagunça em relação a esse tributo no País.

Como o Brasil possui dimensões continentais e diferenças abissais quanto à forma como se processa o desenvolvimento econômico de suas

regiões, os governadores das regiões Norte e Nordeste, sobretudo, bateram o pé, advertindo o Governo Federal de que essa é uma empreitada indigesta. Por isso a grita do governador Omar Aziz, que, durante a reunião, defendeu tratamento diferenciado para o Amazonas, em função da importância da ZFM e sua excepcionalidade fiscal. Era o que lhe cabia fazer num evento convocado pelo Planalto, que, por sua proposta de unificação do ICMS, tem o endosso da poderosa Confederação Nacional das Indústrias, a CNI, visto que o argumento de acabar com a guerra fiscal se encaixa bem na cobrança que o setor produtivo há muito faz por um sistema tributário

mais propício aos investimentos, o que não será resolvido apenas com essa alteração, obviamente.

Mas esse pequeno passo, embora importante para as pretensões relativas à política tributária do Governo Federal, cria, desde já, uma tremenda dor de cabeça para o Amazonas, que tem no ICMS um importante instrumento de política fiscal. Usado em conjunto com outros incentivos fiscais federais concedidos à ZFM, explica, por exemplo, a pujança econômica de Manaus.

Destarte perder 75% da arrecadação referente ao ICMS - que, no Amazonas, responde por 90% de

tudo que o fisco estadual recolhe - não é uma situação que possa ser bem digerida. A "quebradeira", termo usado pelo próprio governador Omar Aziz, será geral. Daí a importância da próxima reunião, ainda sem data prevista, quando o G Governo Federal mostrará até onde pode ir para assegurar, de fato, as vantagens comparativas da ZFM.

Os amazonenses, entretanto, que não se iludam: esse é mais uma fonte de problema e de desgaste para um modelo econômico que há muito sofre ataques que estão lhe minando a atratividade. E o pior é que ainda não temos nada para colocar em seu lugar!

sim & não

Omar Aziz se encontra hoje com Kassab

O governador Omar Aziz, vice-presidente nacional do PSD, viajou ontem para SP para se encontrar hoje com o prefeito Gilberto Kassab, presidente nacional da sigla. A conversa ocorrerá em meio a rumores de que Kassab deverá ganhar um ministério para estreitar as relações do partido com o Planalto. Nesse caso, o PSD terá que discutir também quem comandará o partido, já que a Presidência veda acúmulo de cargos. Aziz, primeiro na linha sucessória, pode estar em vias de presidir a legenda.

Plural Após dizer que as propostas de redução do ICMS interestadual para 4% é mortal e trágica para o Estado, o governador Omar deu mostras, ao deixar ontem reunião com o ministro Guido Mantega, de como o AM vai tratar o assunto: "A presidente Dilma assumiu 'muitos compromissos' com o Amazonas".

Assessoria Personagem que já foi cogitada como possível substituto de Isper Abraham na Sefaz, o consultor da pasta Afonso Lobo mostrou em Brasília ontem seu prestígio com Omar. Foi ele quem acompanhou o governador na reunião com Mantega.

Senadores O governador Omar Aziz se encontrou ontem com os senadores Eduardo

Braga (PMDB) e Vanessa Grazziotin (PCdoB), mas em hora e locais separados em Brasília. Ela, de manhã, foi ao hotel onde Omar se hospedou. Braga falou com o governador à tarde, num restaurante.

Reservado A propósito, o encontro de Omar e Braga foi reservado. Nem mesmo os deputados Silas Câmara, Átila Lins, do PSD, Rebecca Garcia (PP) e Sabino Castelo Branco (PTB), que estavam no local, foram chamados. Nem Braga nem Omar revelou o conteúdo do que haviam tratado.

À francesa Por falar nisso, a deputada Rebecca Garcia demonstrou que quer distância de Braga. Tanto que antes do senador e do governador encerrarem a conversa

reservada ela deixou o restaurante à francesa.

Troca Atrás de emendas ao orçamento da União para investimentos em Manaus para 2013, o prefeito eleito de Manaus, Artur Neto (PSDB), ligou na terça-feira para deputados federais garantindo que divulgará o nome dos que destinarem verba para Manaus e forem executadas por ele.

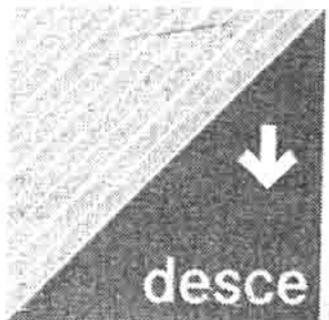
Articulação Ontem, Artur Neto foi ao senador Alfredo Nascimento (PR) e hoje tem encontro marcado com o senador de Roraima Romero Jucá (PMDB). Alfredo liberou o PR para coligar com o tucano no segundo turno das eleições.

Segredo? Fontes de Brasília dão conta de que o prefeito

eleito Artur Neto já conversou por telefone com os senadores Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin. O curioso nessa informação é que até agora tanto a assessoria de Artur quanto as de Braga e Vanessa mantêm o fato sob segredo.

ICMS O economista Alex Del Giglio explicou que o ônus para o Estado na possível unificação do ICMS é relevante. Mas corrigiu dados publicados ontem por A CRÍTICA. Segundo ele, desconsiderando algumas particularidades da legislação estadual e levando em conta uma alíquota no destino de 17%, por exemplo, a alíquota na origem será 4% e no destino a diferença. Na regra atual, na origem fica a maior parcela do tributo, 12%.

sobe e desce



Guido Mantega

MINISTRO DA FAZENDA

>> Proposta sobre ICMS que
apresentou ontem prejudica o
Estado do Amazonas.

AM aguarda ministro

EMANUELLE ARAÚJO
especial para A CRÍTICA

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O ministro da Fazenda, Guido Mantega, marcará um novo encontro com o governador Omar Aziz (PSD) para tratar de forma diferenciada o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Amazonas. A declaração foi feita por Aziz, ontem, em Brasília, ao final de uma reunião de mais de três horas do ministro com governadores de todos os Estados para tratar sobre a proposta do Governo Federal de unificar em 4% a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS).

Omar Aziz afirmou que não concorda com a proposta do governo, porque ela é extremamente prejudicial para o Amazonas e representaria uma perda de 75% do ICMS estadual que é estimado em mais de R\$ 6 bilhões ao ano. "Haverá um novo encontro com o ministro (Guido Mantega) para garantir a competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM) e não perda de receita para nosso Estado. A proposta do governo vai gerar um efeito cascata enorme, porque o repasse do ICMS também é feito para os municípios e para os poderes", comentou Aziz.

O governador também não concorda com a medida de com-



Omar Aziz (segundo à direita) participou do encontro do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com governadores

pensação proposta pelo governo, que é a criação de um fundo para ajudar nas perdas que os estados terão com a unificação do ICMS em 4%. "Não tem como compensar empregos. O fundo inviabiliza a criação de novos empregos. Temos sim uma preocupação de acabar com a 'guerra fiscal'. Porque, o Amazonas perde com a guerra. Mas não dá para acabar com a guerra fiscal quebrando regras estabe-

lecidas pela Constituição, que são as prerrogativas 'da Zona Franca', disse Omar.

Indagado sobre a posição do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, ao defender a ZFM na reunião, Omar afirmou que não houve nenhum embate político. De acordo com ele, Alckmin também reclamou sobre a unificação do imposto, mas não falou nada direcionado ao Amazonas. "O Governo de São Paulo

tem sua posição e o governador Geraldo Alckmin também cantou seu 'choro' nesta reunião. Ele disse que São Paulo tem um quarto da população brasileira e que está tendo perda com o FPE (Fundo de Participação dos Estados), além de perda com impostos de energia", comentou.

FUNDOS

Outros assuntos discutidos na reunião com o ministro Guido

Em números	
#	
3	
Bilhões de reais do Orçamento Geral da União , seriam destinados para um fundo de desenvolvimento regional a ser criado e que, no total, administraria recursos no valor de R\$ 12 bilhões.	
100	
Mil empregos diretos e mais de 400 mil indiretos , são gerados pelo projeto Zona Franca de Manaus. O modelo se mantém como principal atividade econômica do Estado do Amazonas.	

Mantega, segundo Omar, foram as perdas do Fundo Perpétuo de Educação (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), dos impostos de energia e dos altos juros cobrados no pagamento da dívida de cada Estado com a União.

Não houve decisão em torno desse assunto, mas o encontro serviu para o ministro conhecer o que pensam os governadores.

Proposta do governo cria dois fundos

A proposta apresentada ontem pelo ministro Guido Mantega aos governadores quanto à unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual estabelece que a alíquota seria unificada em 4% para todas as mercadorias que passam de uma unidade da Federação para outra. Hoje, o imposto é 7% ou 12%, dependendo do Estado de origem da mercadoria. A informação é da Agência Brasil.

Em contrapartida, o Governo Federal criaria dois fundos para compensar os Estados perdedores, que são justamente os que mais produzem mercadorias. Um fundo de desenvolvimento regional, que funcionaria por 16 anos, destinaria R\$ 12 bilhões ao ano para os Estados perdedores - R\$ 9 bilhões em financiamentos de bancos oficiais e R\$ 3 bilhões do Orçamento Geral da União. Haveria um segundo fundo, que compensaria as perdas a cada ano, mas os recursos ainda não estão previstos.

Manaus, quinta-feira, 8 de novembro de 2012.

AM aguarda ministro (continuação)

Deputados fazem propostas

Criação de grupo para apresentar proposta de compensação e de uma comissão para ir a Brasília são ações defendidas

A guerra fiscal e a proposta do Governo Federal de alterar a alíquota do ICMS repercutiu na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM), ontem. O deputado Luiz Castro (PPS), propôs a formação de um grupo parlamentar para traçar estratégias e alternativas de compensação ao Amazonas, caso seja aprovada a redução da alíquota de ICMS de 12% para 4%, nas transações interestaduais e no comércio eletrônico.

"As compensações do Governo Federal não reduzirão as perdas do Amazonas, daí a importância de se criar um grupo para defender em Brasília os interes-

Busca rápida

*

Proposta de unificar gera protestos

No mês de abril, o Senado aprovou a unificação do ICMS interestadual em 4% para mercadorias importadas. A medida entra em vigor em janeiro de 2013. O Governo Federal quer estender a unificação para as mercadorias nacionais que passam de um Estado para outro. Esse foi um dos temas da reunião com Guido Mantega.



Fotos: Rubilar Santos

Luiz Castro propõe grupo de trabalho; Chico Preto que pressão em Brasília

ses econômicos do Estado", disse Luiz Castro. Ele defende que o grupo seja formado por parlamentares, procuradores da Assembleia e profissionais técnicos da área econômica, que deverão participar dos debates e levar ao Congresso Nacional as estratégias e medidas compensatórias para reduzir a perda de receita do Amazonas, já que grande parte da sua arrecadação é composta pelo ICMS da indústria.

O deputado Marco Antônio Chico Preto (PSD), defende a criação de uma comissão parlamentar para ir a Brasília, defen-

der no Supremo Tribunal Federal (STF) a política estadual de incentivos fiscais, indispensável à manutenção e geração de empregos e renda.

"Eu queria conchamar esse parlamento, na sua totalidade ou em comissão, para que pudéssemos ir a Brasília apresentar à ministra relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Estado de São Paulo contra o Amazonas as nossas impressões sobre a Lei Estadual nº 2826, que trata da política estadual de incentivos aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, indispensável à consolidação do Polo Industrial de Manaus", discursou o deputado, ontem, na ALE-AM.

Chico Preto lembrou que o PIM gera renda e divisas para o povo amazonense e brasileiro, porque, ao importar insumos, as indústrias aqui instaladas contribuem para o equilíbrio da balança comercial brasileira, o fortalecimento da economia nacional - por meio da geração de empregos e renda no País.

Manaus, quinta-feira, 8 de novembro de 2012.

Menos bugigangas e mais conteúdo'

Com o tema "Ciência e Tecnologia, Cultura e Inovação Tecnológica e sua relevância para o futuro da Amazônia continental", a PanAmazônia, em parceria com a Fundação Amazônica e Defesa da Biosfera (FDB) e a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), abriu ontem o Seminário Pan-Amazônico, que prossegue hoje no auditório do Instituto Nacional de Pesquisas da

C&T e o PIM

Hoje, a mesa redonda colorará em debate a "Ciência, Tecnologia e Inovação e sua relação com o Polo Industrial de Manaus – o empresariado e a academia", às 9h. Entre os palestrantes, Benjamin Sicsú, vice-Presidente de novos negócios para a América Latina da Samsung.

Amazônia (Inpa/MCTI).

A abertura do evento foi realizada pelo presidente da PanAmazônia, Belisário Arce, com a contribuição da diretora executiva da Fucapi, Isa Asséf e do diretor Executivo da FDB, professor José Seráfico.

Entre as palestras ministradas durante o dia, o escritor e dramaturgo Márcio Souza discorreu sobre os entraves que a sociedade amazonense vem en-



Márcio Souza cobrou força virtual

frentando no último século, além de discutir o vazio demográfico que existia na Amazônia na época da ditadura militar e, ainda, sobre o modelo Zona Franca de Manaus.

"A Amazônia tem que avançar na força virtual, no conteúdo criativo. As indústrias têm que produzir conteúdo ao invés de bugigangas, como a indústria tradicional. É comprovado que as cidades que dependiam exclusivamente das indústrias para se desenvolver, se deram mal, como *Detroit* (Estados Unidos)", disse Souza.

DESIGUALDADES

A diretora técnico-científica da Fundação de Amparo à Pesqui-

sa do Estado do Amazonas (Fapeam), Andrea Waichman, abordou as desigualdades regionais nos investimentos em C,T&I, e o papel do Estado na redução dessas disparidades.

"Precisamos não apenas fortalecer a economia verde mas também a economia produtiva, do Amazonas. Este é um dos desafios principais do governo e da Fapeam, para os próximos anos, pois precisamos investir no presente para garantir o futuro da Amazônia", declarou.

Durante a tarde o coordenador de biodiversidade do Inpa, Cláudio Ruy, coordenou a mesa redonda sobre "A cooperação Pan-Amazônica e o avanço da C,T&I, na Amazônia continental".

NA SEFAZ

Codam avalia hoje pauta com 48 projetos

Acontece hoje, a penúltima reunião do ano do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), prevista para iniciar às 15h, no auditório da Secretaria de Estado do Amazonas (Sefaz).

Os conselheiros do Codam vão deliberar sobre uma pauta que contém 48 projetos industriais estimados em R\$ 778 milhões e 2.190 vagas no mercado de trabalho, no período de até três anos.

A pauta diversificada da 241ª reunião do Codam reúne projetos para a produção de tablets, bebidas, placas de circuito impresso, motonetas, balsas e embalagens. A pauta de projetos, na íntegra, está disponível na página www.seplan.am.gov.br

Os investimentos que serão feitos com capital de origem estrangeira se mantiveram ascendentes em relação à pauta anterior - um total de R\$ 489 milhões, mais da metade do valor total da pauta.

Manaus, quinta-feira, 8 de novembro de 2012.

CAPA

Omar Aziz faz pressão por ICMS diferenciado

Sob o risco de perder R\$ 4,5 bilhões por ano, o governador Omar Aziz vai pressionar o governo federal para que a Zona Franca de Manaus fique de fora da proposta de unificação da alíquota do ICMS em 4% para todos os Estados nas operações interestaduais. **Economia B1**



Omar Aziz cobrou, ontem, durante reunião entre representantes dos Estados com o ministro Guido Mantega, em Brasília, que o governo federal respeite o compromisso de tratar a ZFM de forma diferenciada

AM pode perder R\$ 4,5 bi com alíquota única de ICMS

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Diante do risco de perder R\$ 4,5 bilhões por ano, o Amazonas vai pressionar o governo federal para que a Zona Franca de Manaus (ZFM) fique de fora da proposta de unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% para todos os Estados nas operações interestaduais. Até a próxima semana, haverá uma reunião de representantes do Estado com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, quando será cobrada a preservação dos incentivos fiscais do modelo.

"Nos próximos dias, apresentaremos um estudo completo

para mostrar a necessidade de manter as vantagens comparativas da ZFM", afirmou o assessor da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), Afonso Lobo.

Ontem, o governador Omar Aziz cobrou, durante reunião entre representantes das unidades da Federação com o ministro Guido Mantega, em Brasília, que o governo federal respeite o compromisso de tratar a ZFM de forma diferenciada, levando em consideração as peculiaridades do modelo de desenvolvimento econômico previstas na Constituição Federal.

Segundo Omar Aziz, com a redução para 4%, o Amazonas perderia 75% do ICMS arrecadado, que é da ordem de R\$ 6

bilhões ao ano, algo que seria devastador para a economia da região. "Essa medida teria um efeito cascata imenso porque o repasse do ICMS não é só do Estado, mas é feito para os poderes, para os municípios. Seria uma quebradeira", afirmou.

Empregos

Omar Aziz destacou que é a favor do fim da guerra fiscal, porém defendeu que o tratamento diferenciado para a ZFM seja mantido, não só para garantir receita aos cofres estaduais, mas também para manter os empregos no parque industrial local. Para o governador, a compensação financeira à perda de receita, prevista na proposta do governo federal por meio da criação

de um Fundo de Compensação Regional, não é satisfatória para o Amazonas. "Mesmo com a compensação financeira, não há como compensar empregos. Ainda que tenha a compensação pura e simples do ICMS, o que está em questão são os empregos do polo industrial que precisam ser mantidos", enfatizou.

Atualmente, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo, cobram uma alíquota de 12%, enquanto que os Estados do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro tem uma alíquota menor, de 7%. Enquanto Amazonas, Ceará e Mato Grosso rejeitaram a proposta de acabar com a cobrança de duas alíquotas.

Bancada está mobilizada

A pressão do governo do Amazonas para evitar perdas na arrecadação do Estado recebeu apoio da bancada federal no Congresso Nacional. Na tribuna do Senado, a senadora Vanessa Grazziotin afirmou que, embora seja a favor da mudança na legislação brasileira sobre a apuração do ICMS, ela defende que a zona franca tenha tratamento diferenciado nessa questão. "O Amazonas é o único Estado que tem condições legais e

constitucionais de garantir incentivos fiscais para o seu processo produtivo", declarou.

A deputada federal Rebecca Garcia salientou que é preciso preparar um estudo técnico que sirva de base para o governo apresentar uma proposta que preserve os benefícios constitucionais da ZFM. "A unificação do ICMS é prejudicial ao Estado. O Amazonas não pode sofrer as consequências dessa medida", frisou a parlamentar.

Ocupantes de terreno da Suframa são removidos

WILLIAM GASPAR
Equipe EM TEMPO

Policiais da Tropa de Choque, Cavalaria, vários carros e até um helicóptero. Tudo isso foi empregado na manhã de ontem para mais uma vez retirar cerca de 140 pessoas de um terreno da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), localizada na pista da Raquete, Nova Vitória, Zona Leste.

Desde o último dia 19 de setembro, o local vem sendo alvo de ocupações e desapropriações e, ao que parece, a queda de braço entre as famílias que insistem em ocupar o espaço e a Suframa está longe do fim.

De acordo com o comandante da Tropa de Choque, major Antônio Brandão, a operação, que teve início por volta das 6h, foi desencadeada devido a denúncias de queimadas nos locais. "A Suframa não nos acionou. O que soubemos foi que estariam realizando queimadas irregulares no local e agimos", disse.

Ainda segundo ele, as famílias, que se abrigavam em quatro galpões improvisados, não ofereceram nenhum tipo de resistência. "A saída deles foi pacífica e sem nenhum tipo de confusão. Mesmo assim eles não podem ficar no terreno", completou o major. Os policiais vão permanecer no local.

A presidente do Movimento Social de Áreas de Risco, que lidera as famílias retiradas, Cristina Venâncio da Costa, disse que a intenção dos populares não é invadir e nem agredir a

área verde do terreno. "Nós fizemos os barracões bem na beira da pista para evitar esse tipo de problema. Nós não queimamos nada", afirmou.

Após a desocupação, os agora desabrigados acumularam suas coisas nas calçadas em frente ao local. "A maioria aqui não tem lugar para ir, são moradores de área de risco ou que pagavam aluguel", completou.

Por meio de nota, a Suframa informou que já adotou todas as medidas cabíveis com relação ao terreno. A autarquia já

PENDÊNCIA

A autarquia aguarda decisão da Justiça Federal sobre a manutenção da posse do local. Área tem 5,6 mil hectares e está destinada à instalação de futuras indústrias e para preservação

acionou e aguarda a decisão da Justiça Federal sobre a manutenção da posse do local. Ela afirmou também que segue conversando com os órgãos de segurança do Estado sobre a situação e, assim que receber uma recomendação positiva por parte deles, irá reconstruir a cerca de aproximadamente 1,5 quilômetro, que foi derrubada pelos invasores. A área em questão possui 5,6 mil hectares e está destinada à instalação de futuras indústrias e para preservação ambiental.



Os ocupantes do terreno pertencente à Suframa saíram do local sem oferecer resistência e ficaram com objetos nas calçadas

Fernando Coelho Jr.

>> InovAmazonas

. O Centro de Biotecnologia do Amazonas (CBA) promoveu encontro com os investidores interessados em participar do Fórum de Investidores (Invest-Amazonas), evento agendado para encerrar as atividades do 3º Workshop Internacional de Inovação do Amazonas (InovAmazonas), que ocorre entre os dias 6 a 8 de novembro no auditório do Sebrae/AM.

. A iniciativa visou explicar aos investidores a estrutura do fórum e antecipar algumas informações sobre as empresas que participarão do evento, além de apresentar a estrutura do CBA.

. O workshop é fruto de uma parceria da Suframa - por meio do CBA - com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti/AM), e conta ainda com o apoio de outras instituições estaduais. O objetivo do evento é atrair investidores e estimular o desenvolvimento do primeiro fundo de capital de risco para empresas regionais.

Fernando Coelho Jr. (continuação)

>> Reforma

. O governador Omar Aziz, defendeu tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus na proposta do governo federal de mudança na apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com a definição de alíquota única de 4% para todos os Estados.

. A proposta foi apresentada, na manhã de ontem, em Brasília, pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a governadores dos Estados.

. Após a reunião, Omar Aziz disse que seu posicionamento em defesa do Amazonas foi para evitar não somente a perda de receita com o tributo, mas, principalmente, para garantir a manutenção dos empregos gerados no Polo Industrial de Manaus (PIM). Certíssimo!

Manaus, quinta-feira, 8 de novembro de 2012.

CAPA

A Polícia Militar retirou, na manhã de ontem, 140 invasores de uma área verde sob responsabilidade da Suframa, na zona leste de Manaus. CIDADES PÁG 15

Claro & Escuro

ROYALTIES

Assuntos variados

Entre os vários assuntos discutidos no jantar de Dilma Roussef, no Palácio da Alvorada, estavam a minirreforma tributária, que interessa muito ao Amazonas, pois busca unificar o ICMS interestadual e ameaça os incentivos à Zona Franca, e a Lei dos Royalties, que inquieta o Planalto por mexer com governadores aliados.

Governo do AM rejeita propostas de Mantega para a mudança do ICMS

TEXTO Felipe Carvalho e Mário Bentes
FOTO Divulgação

BRASÍLIA E MANAUS

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o Amazonas é o Estado que mais perderá com a unificação da alíquota interestadual do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4%, conforme reportagem do Estado de S. Paulo. A declaração foi dada ontem, após reunião com os governadores em Brasília para apresentação da proposta de redução do imposto. O governador Omar Aziz (PSD) se posicionou contra a medida, afirmando que a alteração irá causar perda de vantagens da Zona Franca de Manaus, queda da arrecadação em 75% e aumento do desemprego.

Segundo o Estado de S. Paulo, Mantega disse que as perdas de arrecadação dos Estados serão cobertas com a criação do Fundo de Compensação e do Fundo de Desenvolvimento Regional. Aziz, entretanto, discorda. "Uma compensação não financeira não seria suficiente. Como vou compensar empregos perdidos?", questionou o governador. "Hoje, para o Amazonas, a redução de 12% para 4% repre-



PRAZO
Proposta do Ministério da Fazenda prevê a unificação da alíquota em até 16 anos

Após reunião com os governadores ministro Guido Mantega admitiu que o Amazonas será o Estado que mais perderá recursos com as mudanças no ICMS

sentaria uma perda que iria além da financeira. Haveria um efeito cascata, que resultaria em perda de postos de trabalho", afirmou Aziz. De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Amazonas deve arrecadar R\$ 7,5 bilhões no próximo ano, sendo R\$ 7 bilhões deles apenas pela atual alíquota de ICMS - imposto recolhido pelo Estado, mas distribuído também entre os municípios.

A compensação proposta

por Mantega prevê a criação de um fundo de R\$ 12 bilhões, sendo um quarto do orçamento federal e o restante (R\$ 9 bilhões) de empréstimos para os Estados, e outro específico para o desenvolvimento regional.

Diante das propostas, Aziz pediu que o caso do Amazonas seja avaliado de forma diferenciada, por conta da Zona Franca de Manaus. No caso da alíquota de ICMS a 4%, disse ele, os incentivos fiscais teriam

pouco ou nenhum benefício.

Outros Estados

Para o governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), a unificação prejudicará a arrecadação dos Estados do Centro-Oeste e que o fundo de compensação, via Medida Provisória, não traria segurança jurídica de que as perdas seriam compensadas. Segundo ele, representantes do Centro-oeste, Norte e Nor-

OS NÚMEROS

75% da arrecadação do Amazonas será prejudicada com redução da alíquota interestadual do ICMS de 12% para 4%. Em 2013, o percentual equivale a R\$ 7 bilhões dos R\$ 7,5 bilhões do orçamento do Estado.

12 bilhões de reais serão colocados no fundo de compensação para os Estados não saírem tão prejudicados com a unificação da taxa, segundo proposta do governo federal. Para os governadores, o fundo não reverte as perdas com a medida, já que os Estados deixarão de ganhar R\$ 18 bilhões.

deste fizeram uma contra-proposta ao governo. "Quem cobra 12% passa para 7%. De 7% passa para 2%", disse ao portal G1.

Já os governadores do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), e de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), aprovaram as medidas. Segundo Alckmin, os Estados consumidores que ganham com a proposta são os consumidores, diferente dos Estados exportadores líquidos de mercadorias.

Governo do AM rejeita propostas de Mantega para a mudança do ICMS (continuação)

O governo de São Paulo encaminhando ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma petição contestando a decisão do ministro Celso de Mello que, semana passada, determinou a suspen-

são dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado de São Paulo às fabricantes de tablets, bens de informática e smartphones.

No documento, o governopaulista afirma que só podem ocorrer

decisões monocráticas em ADIs em períodos de recesso e a apreciação e deferimento de liminares referentes às ADIs precisam ser avaliadas pelo plenário com presença mínima, de oito ministros.

Cerca de 140 pessoas foram retiradas de invasão em área da Suframa na manhã de ontem

Pelo menos 140 pessoas do grupo de invasores que estava tentando ocupar definitivamente uma área verde às margens da Pista da Raquete, no bairro Nova Vitória, zona leste de Manaus, foram retiradas no-

vamente do local pela Polícia Militar (PM), na manhã de ontem. Desde o dia 19 de setembro, os órgãos competentes trabalham na retirada dessas famílias.

Cerca de 125 policiais mili-

tares do Comando de Policiamento Especializado (CPE) foram empregados na desapropriação.

Segundo o Comandante da Tropa de Choque, major Antônio Brandão, a operação iniciou

às 6h e ocorreu de forma pacífica. Diversas vezes a Polícia Militar (PM) já tentou retirar os invasores da área de, aproximadamente, 5,6 mil hectares, que pertence à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), mas não obteve sucesso. O major disse ainda que os policiais irão permanecer no local até ser constatado que a área foi completamente desocupada.

Fala Sério

Amazonas X São Paulo

A guerra de interesses não vai parar com a sentença do STF em favor da Zona Franca. Pelo contrário. O governo paulista está associando o modelo a interesses políticos e financeiros de Brasília, ou seja, do PT, e não está muito distante da realidade. O problema é que o maior prejudicado é o Polo Industrial de Manaus e tudo o que se relaciona com São Paulo.



Fiscal, Fria e Traíçoeira

A Abinee, a associação que congrega as indústrias do setor eletro-eletrônico, já caiu de pau e resolveu propor retaliações fiscais para os tablets produzidos em Manaus. A entidade simboliza uma guerra fiscal, fria e traiçoeira, desde quando Mário Amato, um paulista que tinha simpatias pela ZFM, nos anos 80/90, presidia FIESP.

Insossa e desarticulada

O problema maior, porém, é nossa bancada que possui o líder do governo no Congresso é a mais insossa, desarticulada e desqualificada da história republicana no Amazonas. À exceção de Rebecca, às vezes Pauderney, e Vanessa antigamente, os parlamentares são despreparados, tímidos, incapazes de tomar iniciativas.